

VARIA

## Teoria do Erro: uma avaliação crítica

*Error Theory: a critical evaluation*

\*Jaime Parera Rebello

---

**Resumo:** Entre as modernas teorias em Metaética a Teoria do Erro de John Mackie é uma das mais influentes. Isso não é acidental. A teoria de Mackie é nova, é interessante e está apoiada em argumentos claros e desafiadores. A despeito de tudo isso, aqui uma crítica às principais teses de Mackie será apresentada. Em primeiro lugar se sustentará que se o seu principal argumento, o argumento do caráter estranho, é tomado como aceitável, o que se segue não é a falsidade sistemática dos enunciados morais, como Mackie alega, mas algo diferente. Em segundo lugar, argumentar-se-á que o próprio argumento do caráter estranho não é aceitável. O resultado é uma rejeição dos pontos principais da teoria de Mackie.

**Palavras-chave:** metaética; Teoria do Erro; argumento do caráter estranho.

**Abstract:** Among modern metaethical theories John Mackie's Error Theory is one of the most influential. This is not accidental. Mackie's theory is new, is interesting and is supported by clear and challenging arguments. In spite of all this, a case will be mounted here against Mackie's main theses. Firstly, it will be claimed that, if his main argument, the argument from queerness, is taken as sound, what follows from it is not the systematic falsity of moral statements, as Mackie claims, but something else. Secondly it will be argued that the queerness argument itself is not sound. The result is a rejection of the main points of Mackie's theory.

**Keywords:** metaethics; Error Theory; queerness argument.

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul. <[jaimerebello@hotmail.com](mailto:jaimerebello@hotmail.com)>



Este artigo está licenciado sob forma de uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a publicação original seja corretamente citada. [http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

**E**m sua interessante introdução à coletânea de artigos sobre a Teoria do Erro (por eles mesmos organizada) Richard Joyce e Simon Kirchin declaram que dentre os cétricos morais contemporâneos John Mackie deve ocupar uma posição de destaque, e acrescentam:

Seu livro de 1977 “*Ética: Inventando o Certo e o Errado*” continua a desafiar e motivar metaeticistas de uma forma em que poucos livros do mesmo período podem ter a pretensão de fazê-lo (JOYCE; KIRCHIN, 2010, p. X).

Isso é indubitavelmente verdadeiro. O livro de Mackie não é somente interessante, ele é desafiador; ele põe em dúvida pressupostos fortemente estabelecidos e estimula a reflexão sobre questões que, sem ele, poderiam ter recebido pouca ou nenhuma atenção. Mackie vê com clareza problemas que tendem a ficar ofuscados em muitas discussões sobre ética e sua argumentação é ao mesmo tempo bem articulada e sofisticada. Não obstante isso, o que pretendo levar a cabo aqui é uma crítica às ideias centrais de Mackie. Me parece que, apesar da sofisticação dos argumentos, suas principais teses, no fim, não podem ser aceitas. Mas não coloquemos o carro na frente dos bois, comecemos com uma breve exposição da teoria e uma análise sumária de suas teses centrais.

## **1 Apresentação (sumária) da Teoria de Mackie**

Quando nos debruçamos sobre um discurso, nosso interesse pode estar dirigido a vários aspectos dele. Podemos, por exemplo, estar interessados em sua lógica, podemos estar interessados em sua epistemologia, em sua semântica, em sua ontologia, e assim por diante. No que diz respeito ao discurso moral, os aspectos que interessam centralmente a Mackie são o aspecto semântico e o aspecto ontológico. Do ponto de vista semântico o que lhe interessa é como devemos interpretar os enunciados morais. Do ponto de vista ontológico a questão que interessa é a da natureza das entidades de que o discurso moral trata. Em relação a esta última Mackie deixa claro, já no começo da obra, que pretende defender a tese da não-existência de fatos morais. Mas ele primeiro se ocupa com a questão semântica.

Para aqueles que não crêem na objetividade dos valores morais existiam, até a época da publicação da obra de Mackie, basicamente duas alternativas. Uma era interpretar enunciados morais como tendo uma força ilocucionária diferente da dos enunciados declarativos, isto é, interpretá-los como enunciados não-cognitivos expressando atitudes do falante em relação aos fatos considerados ou prescrevendo

comportamentos diante de tais fatos. A outra, constituída pela corrente subjetivista, consistia em tomar enunciados morais como enunciados declarativos com um conteúdo descritivo, mas interpretar tal conteúdo como referido aos desejos e atitudes do falante em relação aos fatos considerados. Mackie vai rejeitar ambas as alternativas, mas ele sustenta que há algo de certo em cada uma delas. A primeira acerta em identificar nos enunciados morais um conteúdo não-cognitivo, embora erre em negar que tais enunciados tenham um conteúdo descritivo. A segunda acerta em reconhecer a existência de um conteúdo descritivo, mas erra ao identificar tal conteúdo com fatos de natureza psicológica. Parece óbvio que o discurso moral não é um discurso que versa sobre nossos desejos e nossas atitudes. Para Mackie devemos reconhecer que o discurso moral corrente envolve um aspecto não-cognitivo e um aspecto cognitivo. O aspecto não-cognitivo é essencialmente de caráter prescritivo. Enunciados morais envolvem essencialmente um tipo de exigência prática. Mas eles também envolvem uma descrição. Eles pretendem afirmar um estado de coisas. Agora, esse estado de coisas não é um estado psicológico como queriam os subjetivistas, ele é um estado objetivo, um estado do mundo. O pressuposto do discurso moral corrente, Mackie sustenta, é a existência de fatos morais objetivos.

Para Mackie o equívoco, até certo ponto compreensível, daqueles que o antecederam e que compartilharam com ele a descrença em um mundo de entidades morais foi o de imaginar que, se entidades morais não têm existência objetiva, nosso discurso moral não pode ser interpretado como fazendo referência a elas. Contra esse pressuposto Mackie argumenta que devemos distinguir *duas* tarefas filosóficas na avaliação de um discurso. A determinação de quais sejam as entidades que têm existência objetiva, dentre aquelas às quais o discurso pretende fazer referência e a determinação de como devem ser interpretados os enunciados de tal discurso. A primeira é uma tarefa ontológica, a segunda uma tarefa semântica. Uma posição em relação à ontologia do discurso moral, não determina uma posição em relação à sua semântica. É lícito supor que haja alguma relação entre semântica e ontologia, mas não há uma relação estrita. Os fatos de uma esfera não determinam de maneira estrita os fatos da outra.

O que Mackie sustenta, portanto, é uma dissociação entre a semântica do discurso moral e a ontologia das entidades morais. Nosso discurso moral pressupõe a existência de uma esfera objetiva de fatos morais, mas interpretar o discurso moral dessa forma não implica na aceitação do pressuposto. A investigação ontológica pode nos obrigar a rejeitá-lo. De fato, é isso que Mackie diz que devemos fazer. O que resulta é a tese de que o discurso moral deve ser interpretado como sistematicamente falso.

Ele pressupõe a existência de certas entidades que a nossa ontologia deve rejeitar.

Mas por que Mackie pensa que devemos negar a existência de fatos morais? Se nosso discurso moral pressupõe a existência de tais fatos, há, pelo menos *prima facie*, uma razão para acreditar na objetividade deles. Se alguém alega que esses fatos não existem, esse alguém está obrigado a justificar sua posição. Mackie, como se sabe, não foge a essa obrigação. Ele oferece dois argumentos para apoiar sua tese. Eles são o chamado *Argumento da Relatividade* e o chamado *Argumento do Caráter Estranho* (*Queerness Argument*). Tentar desenvolver esses argumentos de maneira detalhada nos levaria muito longe. O que farei aqui é apenas uma apresentação sumária deles.

### **O argumento da relatividade**

A maneira como o argumento da relatividade pretende fornecer razões para colocar em dúvida a objetividade das entidades morais é mais ou menos clara. Se os princípios morais adotados por sociedades diversas, separadas pelo espaço ou pelo tempo, podem variar de maneira radical; se regras que uma sociedade toma como sagradas podem ser totalmente rejeitadas por outra; é razoável supor que tal divergência evidencia a inexistência de uma esfera de fatos aos quais tais regras estivessem referidas. Se os enunciados morais tivessem como referência fatos morais objetivos, é lícito supor que as divergências radicais que observamos não poderiam existir. Há aí, portanto, à primeira vista, uma evidência da não-objetividade dos fatos morais. É claro que o argumento não é conclusivo. Há formas de contestá-lo. Mas não é o caso de entrarmos aqui numa discussão detalhada do assunto. O argumento da relatividade não é, segundo o próprio Mackie, o argumento mais forte a favor da não-objetividade dos fatos morais. O argumento mais forte é o argumento do caráter estranho.

### **O argumento do caráter estranho**

O argumento do caráter estranho não é, na verdade, um único argumento; ele é uma família de argumentos que, por caminhos diversos, procuram provar o mesmo ponto, a saber, o caráter estranho das entidades morais. A questão central é metafísica. Nas palavras de Mackie:

Se existissem valores objetivos, eles teriam que ser entidades ou qualidades, ou relações de um tipo muito estranho, [eles seriam] totalmente diferentes de qualquer outra coisa no universo (MACKIE, 1977, p. 38).

Relacionado a esse ponto metafísico há um ponto epistemológico. Se tais entidades existissem, teríamos que postular capacidades cognitivas diferentes daquelas que explicam nossa apreensão de todas as outras coisas.

Mas por que Mackie acha que se entidades morais existissem elas teriam que ser tão diferentes de tudo o mais? O que ele considera estranho na ideia de uma propriedade moral é que tal propriedade além de ser caracterizadora (como toda propriedade), teria que envolver uma espécie de irreduzível exigência prática. Ela demandaria a realização (ou não-realização) de uma ação. O ponto crucial não é meramente o fato de que tais propriedades teriam que ter ao mesmo tempo um caráter descritivo e um caráter prescritivo. O ponto crucial, que tornaria uma propriedade moral uma entidade peculiar, é que seu caráter prescritivo teria que ser irreduzível. Tomemos um exemplo: a luz vermelha do sinal de trânsito é algo que tem ao mesmo tempo um caráter descritivo e um caráter prescritivo. O caráter descritivo é a própria cor vermelha, o caráter prescritivo é a exigência de parar. O vermelho do sinal de trânsito é portanto ao mesmo tempo uma propriedade caracterizadora e uma norma. Mas neste caso o conteúdo prescritivo é fruto de uma convenção. Fomos nós que estabelecemos, arbitrariamente, que essa propriedade, em tais e tais circunstâncias, tenha esse caráter normativo. Também é necessário, para que a propriedade tenha esse caráter normativo, o conhecimento e a adesão do sujeito ou da comunidade ao sistema de convenções em questão.<sup>1</sup> Nada disso ocorre, ou nada disso se supõe que ocorra, com uma propriedade moral. Uma propriedade moral é tal que ela, *por sua própria natureza*, tem esse caráter prescritivo. Seu caráter prescritivo não é fruto de convenções arbitrárias ou fruto de qualquer desejo que tenhamos ou qualquer fim que contingentemente persigamos. Para usar a linguagem kantiana, o conteúdo de uma prescrição moral não é hipotético, mas categórico. Um fato moral impõe uma exigência a todo ser racional que o apreende. Mas isso, Mackie sugere, é algo muito estranho; é algo muito diferente de tudo o mais. Fatos como esses não se encaixam bem em nossa ontologia. É esse, essencialmente, o argumento do caráter estranho.

Penso que devemos concordar com Mackie em que propriedades morais têm de fato esse duplo aspecto; que isso seja muito estranho já é algo mais problemático. Mas este não é momento de entrar nesse debate. De momento aceitemos, ainda que provisoriamente, a tese de que entidades morais têm de fato um caráter estranho (no sentido em

<sup>1</sup> Veja-se, em relação a isso, a excelente discussão desenvolvida por Jonas Olson em “Moral Error Theory”, Oxford University Press, Oxford, 2014.

que Mackie usa a expressão) e exploremos o que se segue disso. O que se segue, segundo Mackie, já sabemos; é a rejeição da objetividade do mundo moral. Essa rejeição por sua vez, quando acoplada com a análise do significado dos enunciados morais proposta por Mackie, resulta na tese da falsidade sistemática de tais enunciados. Esta é a tese que caracteriza a teoria, a tese que justifica seu nome. Passemos, portanto, a uma discussão dela.

## 2 Discussão e avaliação da tese central

Como foi visto, enunciados morais pretendem fazer referência a fatos morais. Mas, segundo Mackie, não existem tais fatos. A esfera de entidades que nosso discurso moral pretende descrever não tem, segundo ele, existência objetiva. Segue-se daí que enunciados morais devem ser tomados como sistematicamente falsos. Mas essa tese, à primeira vista, encerra problemas lógicos óbvios. Por isso muitos protestaram que ela não pode ser verdadeira. Tome-se um enunciado moral qualquer. Seja ele a afirmação

A ação  $A$  é moralmente permitida,

ou, equivalentemente,

A ação  $A$  é moralmente aceitável.

Se tomarmos essa afirmação como falsa, então, dado que nos movemos no âmbito da lógica clássica, a sua negação será verdadeira. Mas a sua negação é:

A ação  $A$  é moralmente proibida,

ou, ainda,

A ação  $A$  é moralmente inaceitável.

Mas esta também é uma afirmação moral. Portanto, à luz da teoria, ela também tem que ser falsa. Mas como uma afirmação  $p$  e sua negação  $\neg p$  podem ambas ser falsas? A tese de Mackie parece nos levar a contradições. Mas se a teoria implica em contradições ela não pode ser verdadeira. O argumento é bastante simples e parece demonstrar a falsidade da tese central de Mackie. Uma linha de defesa da teoria contra tal redução ao absurdo poderia ser a seguinte: todos os enunciados morais pressupõem uma esfera de entidades morais. Assim, tais enunciados compartilham uma mesma pressuposição. Ocorre, porém, que tal pressuposição é falsa, dado que não existem tais entidades. Mas se todos os enunciados morais pressupõem algo que é falso, então, todos são falsos, ou pelo menos

nenhum deles é verdadeiro (se saímos da lógica clássica e admitimos enunciados que não são nem verdadeiros nem falsos).

Para ilustrar o argumento, tomemos como exemplo uma possível teoria sobre sereias. Uma tal teoria supostamente conteria um sem-número de enunciados do tipo: “sereias têm rabo de peixe”, “sereias são bonitas”, “sereias são perigosas”, e assim por diante; mas todos eles teriam uma pressuposição comum falsa que seria a de que sereias existem. Como todos compartilhariam uma suposição falsa, todos seriam falsos. Tanto se dizemos que sereias são perigosas como se dizemos que elas não o são, falamos falsamente. A contradição é apenas aparente. O mesmo poderia ser dito, por exemplo, de uma teoria sobre o flogisto. Analogamente não haveria nenhuma contradição na tese de Mackie. A falsidade generalizada das sentenças morais se deveria à falsidade de seu pressuposto comum.

Penso, no entanto, que há um equívoco nesse tipo de argumentação. De fato, se o erro ao qual a teoria de Mackie se refere fosse do mesmo tipo daquele que foi cometido pela teoria do flogisto ou que seria cometido por uma possível teoria sobre sereias, então nenhuma acusação de incoerência poderia ser levantada. Poderíamos sustentar a falsidade sistemática de tais enunciados baseados na falsidade de seu pressuposto comum. No entanto não creio que o erro que a teoria de Mackie procura apontar no discurso moral possa ser tomado como análogo àqueles erros. A razão é simples; um discurso sobre o flogisto ou sobre sereias seria problemático por seus termos singulares. Eles pretenderiam indicar entidades concretas que de fato não existem. Mas não é isso que ocorre com o discurso moral. As sentenças morais típicas têm como termos singulares ações, pessoas, organizações e outras entidades sobre cuja existência não paira nenhuma dúvida. Ninguém sustenta que são os termos singulares dos enunciados morais que são problemáticos. O que alguns sustentam é que os *predicados* de tais enunciados são problemáticos. Mas então, claramente, o caso não é o mesmo de um possível discurso sobre sereias ou do discurso sobre o flogisto. A ideia, com a qual alguns defensores da teoria parecem ter flertado, de que o erro que a teoria aponta no discurso moral é da mesma natureza que o erro cometido pelo discurso sobre o flogisto repousa em um equívoco.

Agora, se não há problema com os termos singulares do discurso moral, isto não significa que não haja qualquer problema com seus predicados. Deve-se sustentar inclusive, que de fato foram os predicados morais, desde o começo, os verdadeiros alvos da crítica de Mackie. Apenas, ao tentar caracterizar os problemas do discurso moral alguns dos defensores da teoria teriam traçado um paralelo com discursos cujos problemas não são da mesma natureza. No entanto, se o problema que

Mackie pretende apontar no discurso moral está relacionado com os predicados morais, a própria tese de Mackie, de que enunciados morais são sistematicamente falsos, deve ser reexaminada.

Começemos pela suposição de que a tese central da teoria, a tese da falsidade sistemática dos enunciados morais, pode ser mantida embora não haja nenhum problema com os termos singulares do discurso moral. De que forma uma teoria desse tipo poderia ser sustentada? Uma possível maneira de alguém propor uma tese desse tipo seria sustentando que os enunciados morais são sistematicamente falsos porque as propriedades morais não são instanciadas neste mundo. Ou seja, propriedades morais seriam perfeitamente legítimas, mas o mundo atual seria tal que nele tais propriedades não teriam instâncias. Afirmações morais seriam então sistematicamente falsas por atribuírem a pessoas, ações, etc., propriedades que tais entidades não têm. Mas, o que precisaria ser o caso para que uma tese como essa fosse verdadeira? Bem, uma possibilidade seria a de que no mundo atual não houvesse verdadeiramente liberdade. Poderia ser que o comportamento dos seres humanos fosse totalmente determinado. Nesse caso, toda atribuição de uma propriedade moral a algo efetivamente existente seria falsa. Predicações morais cujos sujeitos fossem entidades não-existentes seriam falsas também, dada a falsidade do pressuposto existencial. Resultado: toda predicação moral seria falsa.

Mas é claro que essa não é, e nem poderia ser, a tese de Mackie. Ele começa a seção 3 do capítulo 9, que versa sobre o determinismo e a ação humana, dizendo: “Não sabemos se o determinismo causal se aplica ou não, em particular [não sabemos] se ele se aplica a todas ou à maioria das ações humanas...” (MACKIE, idem, p. 215). Portanto, embora a possibilidade de que propriedades morais não sejam efetivamente instanciadas no mundo atual, em virtude da ausência de liberdade, seja compatível com a tese de que enunciados morais são sistematicamente falsos, essa certamente não é a tese de Mackie. Mas então de que forma os enunciados morais são vistos como sistematicamente falsos por Mackie?

Refaçamos brevemente o trajeto de nossa discussão. Começamos com a objeção por vezes levantada à teoria de Mackie de que ela é inconsistente por afirmar que enunciados morais são sistematicamente falsos. Vimos a seguir como é possível para os enunciados de uma dada teoria serem sistematicamente falsos. Basta que todos envolvam um compromisso existencial com um tipo de objeto de fato inexistente. Vimos então que, embora essa pudesse ser uma resposta adequada à objeção de inconsistência, se o problema com os enunciados morais fosse a vacuidade de seus termos singulares, tal resposta não é aceitável dada a não vacuidade dos termos singulares típicos do discurso moral. Não há nenhuma base para questionar a legitimidade dos termos singulares



dos enunciados morais. O problema que Mackie aponta nas sentenças morais tem a ver com o fenômeno da predicação. São as predicções morais que são problemáticas. O problema com tais predicções é que elas (supostamente) são sistematicamente falsas. Uma forma de justificar uma tese desse tipo seria sustentando que, dada a maneira como o mundo atual é, não há nele entidades que instanciem propriedades morais. Mas isso equivaleria a colocar o foco do suposto problema não nos conceitos morais ou nas propriedades que eles expressam, mas nos seres humanos. Seriam os seres humanos, suas ações, etc. que, dada a sua natureza, não poderiam instanciar propriedades morais; assim como os objetos físicos e as mudanças que eles provocam não podem, por sua natureza, instanciar propriedades morais.<sup>2</sup> Mas salta aos olhos que não é esse o problema que Mackie vê no discurso moral. O discurso moral não é dito falso por contingentemente não estarem dadas as condições de instanciação das propriedades morais. O problema com o discurso moral tem a ver com a *natureza* das propriedades morais. O problema não é empírico, mas a *priori*. Conceitos morais pretendem ser ao mesmo tempo descritivos e irredutivelmente normativos, mas supostamente nenhuma propriedade pode ser intrinsecamente normativa. Mackie fala do caráter “estranho” das propriedades morais. Mas isso é um eufemismo. Estranho é aquilo que é incomum, que provoca algum tipo de surpresa ou choque, mas é real ou pode ser real. O defeito que Mackie vê nas propriedades morais é mais grave, elas supostamente têm aspectos irrealizáveis. Podemos expressar em palavras conceitos morais, assim como podemos expressar em palavras o conceito “quadrado-redondo”, ou o conceito “maior número natural”, mas não podemos concebê-los. Quando tentamos pensar aquilo que as palavras expressam encontramos problemas. Em suma, se o argumento do caráter estranho é correto, propriedades morais não são apenas não instanciadas, elas são não instanciáveis. Essa é a objeção básica que Mackie faz ao discurso moral.

Mas então, aparentemente, há uma inconsistência na teoria de Mackie. A inconsistência não é aquela que foi mencionada antes, e que frequentemente é considerada nas discussões sobre a teoria, mas é uma inconsistência possivelmente ainda mais grave, porque não há como superá-la sem mudar radicalmente o caráter da teoria. Lembremos que a

<sup>2</sup> É claro que em relação aos objetos físicos poder-se-ia argumentar que a atribuição de propriedades morais a eles não resultaria em uma predicação falsa, mas em um erro categorial. Afinal, pode-se sustentar que o próprio conceito de um mero objeto físico exclui a possibilidade de liberdade. Nesse caso predicções desse tipo seriam sem sentido e não falsas. Seja isso como for, certamente ninguém pretende que o conceito de ser humano exclua a liberdade. Se de fato seres humanos não fossem livres, isso não seria uma verdade conceitual. Nesse caso tratar-se-ia de um fato contingente e seria justificado sustentar a falsidade sistemática de predicções morais.

tese central da teoria é de que enunciados morais são sistematicamente falsos. Isto implica em que:

1. Enunciados morais têm sentido.
2. Enunciados morais são enunciados declarativos.
3. Enunciados morais são falsos.

Essas teses têm uma dependência lógica. A tese 3 depende da tese 2, e a tese 2 depende da tese 1. Portanto, a falsidade sistemática dos enunciados morais depende de que eles sejam enunciados declarativos com sentido. Agora, a outra parte central da teoria, o argumento do caráter estranho, envolve a ideia de que conceitos morais expressam algo que não podemos pensar coerentemente. Para Mackie, como já foi dito, o problema com o discurso moral, é de caráter *a priori*. Não é que de fato não encontramos propriedades morais no mundo atual, é que, tal como as pensamos, elas *não podem ser encontradas*.<sup>3</sup> Mas se esse é o caso, se Mackie está certo em sua crítica aos conceitos morais, o problema com o discurso moral não é de que ele é falso, mas de que ele é sem sentido. Porque um enunciado em que o predicado não expressa uma propriedade real, não é falso, mas destituído de sentido. Não há a propriedade que o predicado pretende expressar e, portanto, não ocorre realmente a predicação (a não ser no sentido meramente gramatical). Mackie não pode sustentar simultaneamente que os conceitos morais são espúrios, e que os enunciados morais são sistematicamente falsos. Se os conceitos morais têm mesmo o defeito que Mackie aponta, se as propriedades morais são propriedades que não podemos pensar coerentemente, então elas não existem. Neste caso predicações morais não são, do ponto de vista lógico-semântico, verdadeiras predicações porque predicados morais são pseudopredicados. Mas se é assim, enunciados morais são enunciados sem sentido. Neste caso ou recairíamos em uma teoria não-cognitivista ou teríamos que falar em uma Teoria do Nonsense. Mas, evidentemente, em qualquer desses casos não teríamos mais a teoria de Mackie.

### 3 De volta ao argumento do caráter estranho

Até aqui nossa discussão pressupôs a aceitabilidade do argumento do caráter estranho. Tal pressuposição foi metodológica. Foi preciso

<sup>3</sup> Pelo menos um defensor da teoria de Mackie, Charles Pigden, em "Nihilism, Nietzsche, and the Doppelganger Problem", supõe que precisamente isso, negar a existência das propriedades morais, é o que salva Mackie das inconsistências mencionadas antes. Pigden pode estar certo em acreditar que a negação da existência de propriedades morais salva a teoria de Mackie *daquelas* inconsistências, mas, como se procurará mostrar a seguir, está errado em pensar que isto salva a teoria de qualquer inconsistência.

aceitar a plausibilidade do argumento para explorar as suas verdadeiras consequências. Mackie visou fundar no argumento em questão a tese da falsidade sistemática dos enunciados morais. A discussão levada a cabo na secção anterior procurou mostrar que tal pretensão é equivocada. Se predicados morais têm o defeito que Mackie aponta, o que se segue não é a falsidade, mas a falta de sentido dos enunciados morais. Em outras palavras, como já foi dito, as duas teses centrais de Mackie não podem ser simultaneamente sustentadas.

Agora que a incompatibilidade entre as teses centrais de Mackie foi exposta, cabe voltar à tese do caráter estranho e considerar se os argumentos que ele fornece a seu favor são tão cogentes como muitos supõem. Nada melhor para isso do que começar com as palavras do próprio Mackie ao apresentar o argumento. No primeiro parágrafo da secção intitulada “The Argument from Queerness”, Mackie declara (no trecho já citado) que se valores objetivos existissem teriam que ser entidades totalmente diferentes de tudo o mais. Isto é demasiado vago e demasiado dogmático. A verdade é tomada universalmente como um valor, mas será que podemos dizer que há algo de estranho na noção de verdade no mesmo sentido em que, supostamente, há algo de estranho nos valores morais? Parece que não. Deixemos de lado, portanto, a afirmação genérica de Mackie sobre os valores e nos concentremos nos valores morais. Na página 40, ao explicitar a essência de sua objeção Mackie afirma:

Um bem objetivo seria buscado por qualquer um que o tivesse apreendido, não por qualquer fato contingente em virtude do qual essa pessoa, ou qualquer pessoa, fosse constituída de tal maneira a desejar tal fim, mas porque o fim teria uma exigência-de-busca de alguma forma embutida nele. De maneira semelhante se existissem princípios objetivos do certo e do errado, qualquer (possível) curso de ação errado teria o não-dever-ser-feito embutido nele (MACKIE, *idem*, p. 40).

Ou seja, o que causa estranheza a Mackie é a normatividade irreduzível de um valor moral. Os valores que ele cita no trecho são o bem (e implicitamente o mal) moral, o moralmente certo e o moralmente errado. Parece natural a escolha desses conceitos para ilustrar o problema. Afinal ninguém negaria que conceitos tais como “moralmente bom”, “moralmente mau”, “moralmente certo” e “moralmente errado” são conceitos centrais no discurso ético. Mas não é irrelevante, do ponto de vista do argumento, que a escolha tenha recaído exatamente nessas noções. A ideia subjacente é de que propriedades morais são primariamente propriedades de ações. Isso parece natural. Tipicamente são ações que são julgadas moralmente boas ou moralmente más,

moralmente certas ou moralmente erradas. Ações são as entidades que mais frequentemente são avaliadas do ponto de vista moral. É natural, portanto, que elas sejam tomadas como os portadores primários das propriedades morais. Agora, desde essa perspectiva, torna-se compreensível o problema que Mackie levanta. Qualquer que seja a posição que se adote em relação ao estatuto ontológico das ações, parece difícil duvidar de que ações são entidades imersas no mundo físico. Elas têm origem em movimentos corporais, elas provocam efeitos no mundo físico, elas podem ser descritas em termos físicos, e assim por diante. Mas como uma entidade pertencente ao mundo físico pode ter propriedades normativas *intrínsecas*, isto é, propriedades normativas inerentes a ela? Como uma entidade desse tipo pode, intrinsecamente, apresentar uma exigência de realização? O problema parece legítimo. Mas parece legítimo se olharmos as coisas desde essa perspectiva. A questão é se essa é a perspectiva correta.

Começemos pela questão de qual seja a noção que deve ser considerada como a noção moral originária. É claro que aqui entramos num terreno polêmico. Autores diferentes sustentam posições diferentes a respeito. Mas grosso modo podemos dizer que aqueles que foram explícitos a respeito se encaixam em uma ou outra de duas posições básicas.

A primeira é a que já foi considerada. Essa é a posição que Mackie privilegia. Ela consiste em tomar a noção de *bem moral* como sendo a noção moral originária. Mackie é explícito sobre isso. No começo do livro ele diz:

A alegação de que valores não são objetivos, não são parte do tecido do mundo, pretende incluir não apenas a bondade moral, a qual pode ser identificada naturalmente com o [próprio] valor moral, mas também outras coisas que poderíamos, mais frouxamente, chamar valores ou desvalores morais – correção e erro, dever, obrigação, o caráter vil e desprezível de uma ação, e assim por diante (p. 15).

Ou seja, o bem moral é tomado como a propriedade moral originária. Outras propriedades morais, como correção, dever, etc., são tomadas como derivadas. Associada a essa concepção está a ideia de que ações são, do ponto de vista ontológico, os portadores primários das propriedades morais.

A segunda posição é a que toma a noção de *dever moral* como a noção moral originária. Associada a ela está a ideia de que é o sujeito (ou sua vontade) o portador primário das propriedades morais.

À primeira vista pode parecer que não faz muita diferença qual seja a perspectiva escolhida, porque há uma correlação entre uma perspectiva

e outra. No entanto, do ponto de vista filosófico, é importante estabelecer quais os conceitos que são primários e quais os que são derivados. Se escolhermos a perspectiva que Mackie privilegia, e tomarmos ações como os portadores primários das propriedades morais, ficamos abertos aos problemas que ele aponta. Mas se tomarmos a noção de *dever* como a noção moral primária, todos aqueles problemas são evitados. Desde esta perspectiva uma ação não é por si mesma boa ou má. Ela é boa ou má só na medida em que está numa certa *relação* com o *dever* do agente.<sup>4</sup> Eu diria que esta última tem que ser a perspectiva correta. Afinal, a moralidade só pode existir na medida em que existem sujeitos livres e racionais. E o que poderia ser aquilo em virtude do qual tais sujeitos se constituem como sujeitos morais senão o dever? Mas se olharmos as coisas dessa maneira, parece que os problemas levantados por Mackie se dissolvem. Ele vê o discurso moral como conferindo a cursos de ação um caráter prescritivo originário que tais entidades, como entidades pertencentes ao mundo físico, não podem ter. Ele se pergunta como uma entidade desse tipo poderia ter, intrinsecamente, uma exigência de realização. O que ele não se dá conta é de que o problema só ocorre porque ele concebe ações como sendo os portadores originários das propriedades morais, e concebe a bondade moral como a propriedade moral básica. Mas, eu sugiro, isso é uma inversão da ordem natural das coisas. Não é porque uma ação é (por si mesma) boa que o agente tem um dever em relação a ela, é porque o agente tem um dever que a ação correspondente é boa. Uma ação por si mesma não é nem boa nem má. Muito menos tem ela embutida a exigência de sua realização. É só em virtude de um dever do agente que surge a exigência de realização da ação.

A conclusão é de que os problemas que Mackie vê nos conceitos morais não são problemas genuínos, são artefatos criados por uma forma de interpretar o discurso moral que não só não é necessária como, ao que tudo indica, não é a mais adequada. Caricaturando, a estranheza que Mackie expressa é como a estranheza daquele que, considerando que a fumaça é um sinal natural de fogo, se perguntasse como a fumaça, uma entidade do mundo físico, poderia ter a propriedade (intencional) de

<sup>4</sup> Tenho como evidente que a teoria utilitarista se encaixa na primeira categoria, enquanto a teoria kantiana se encaixa na segunda. É claro que em toda essa questão estou pressupondo, como o fazem também os defensores da Teoria do Erro, uma concepção moderna de moralidade que distingue a moralidade da mera prudência. Paul Bloomfield, em “Error Theory and the Concept of Morality”, procura desqualificar os problemas levantados pelos adeptos da Teoria do Erro defendendo uma concepção aristotélica de moralidade na qual uma distinção entre considerações propriamente morais e considerações prudenciais não ocorre. Embora essa possa ser uma maneira de evitar os problemas levantados pela Teoria do Erro, não me parece que seja uma saída aceitável. A meu ver tal “solução” para os problemas levantados por Mackie consegue evitá-los somente às custas de desprezar o que é essencial à moralidade.

apontar para algo fora de si que é própria do fenômeno da significação. Quando esquecemos o sujeito em nosso tratamento de um fenômeno especificamente humano, todo tipo de perplexidade pode surgir; mas nesses casos somos nós mesmos que, através desse esquecimento, criamos o fenômeno estranho.

## Referências

BLOOMFIELD, P. "Error Theory and the Concept of Morality". *Metaphilosophy*, 44, 4 (2013), p. 451-469.

JOYCE, Q.; KIRCHIN, S. "Introduction". In: JOYCE, Richard; KIRCHIN, Simon (Ed.). *A World Without Values*. Heidelberg: Springer, 2010. p. ix-xxiv.

MACKIE, J. *Ethics: Inventing Right and Wrong*. London: Penguin Books, 1977.

OLSON, J. *Moral Error Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PIGDEN, C. "Nihilism, Nietzsche, and the Doppelganger Problem". In: JOYCE, Richard; KIRCHIN, Simon (Ed.). *A World Without Values*. Heidelberg: Springer, 2010. p. 17-34.

### Endereço postal:

Programa de Pós-Graduação em Filosofia – UCS  
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130, Bloco E, sala 306  
Caxias do Sul, RS, Brasil

Data de recebimento: 08-02-2017

Data de aceite: 05-09-2017